

Inovação Tecnológica nos Institutos Federais do Nordeste a partir de uma análise nos portais de notícias institucionais

Janaína Maria da Silva Linhares¹
Raimundo Lenilde de Araújo²

RESUMO

A inovação tem se tornando um elemento essencial para a diferenciação competitiva nas empresas e importante para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em instituições de ensino que têm a função de formar profissionais qualificados e fomentar a pesquisa científica. No contexto dos Institutos Federais (IFs), criados pela Lei 11.892/2008, que ofertam educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, destacam-se o compromisso com a inovação, a pesquisa aplicada, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Com base em ideias conceituais sobre inovação e política de inovação no Brasil, este trabalho tem o objetivo de analisar a inovação tecnológica nos IFs a partir de páginas específicas nos portais das instituições do Nordeste. A escolha se justifica pela importância da comunicação pública que viabiliza a divulgação científica, a publicidade, a transparência das ações e as realizações institucionais na área de inovação tecnológica. A análise das páginas permitiu uma visão abrangente e atualizada sobre o tema, possibilitando a identificação de padrões, produções, pesquisas, iniciativas de sucesso e áreas que necessitam de melhoria. A abordagem metodológica foi a análise qualitativa e a técnica de análise de conteúdo para categorizar e interpretar as informações obtidas. Como resultado, são apresentados os achados: as iniciativas mais relevantes na área da inovação, o mapeamento das estruturas existentes e um panorama geral de como os IFs publicizam a inovação.

Palavras-chave: Institutos Federais, inovação tecnológica, política de inovação.

INTRODUÇÃO

A inovação, segundo Alves *et al.* (2015), é um motor essencial para o desenvolvimento de um país. A autora, ainda, complementa que as instituições de ensino superior possuem desafios, como estimular o empreendedorismo, a interação com a empresa e mercado, e a gestão do conhecimento. No contexto educacional, os Institutos Federais desempenham um papel importante na promoção da pesquisa e desenvolvimento local e regional (Macedo, 2017), bem como na inovação e transferência de tecnologias (Pacheco, 2010).

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: janaina.maria@ifpi.edu.br

² Doutor em Educação Brasileira (UFC), professor da UFPI, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI). E-mail: raimundolenilde@gmail.com

As instituições de ensino, quer sejam universidades ou institutos, provocam modificações nas realidades, principalmente devido às desigualdades entre regiões. Isso se deve à produção do conhecimento, melhoria nos processos e desenvolvimento de produtos que são resultados de pesquisas, formação de mão de obra qualificada e elevação de investimentos públicos e privados (Krajevski, 2021).

Para Souza (2019), no âmbito das políticas públicas educacionais, os institutos federais foram concebidos como vetores estratégicos para o desenvolvimento local ao fomentar a inovação, capacitar profissionais qualificados e contribuir com a economia.

Nesse contexto de desenvolvimento, no âmbito da divulgação, os portais institucionais são plataformas para a comunicação institucional em que “os cidadãos têm acesso a informações e prestação de serviços” (Cristo *et al.*, 2024, p. 6). Além disso, a disseminação das iniciativas relacionadas à pesquisa, como parte da comunicação pública da ciência, é de grande importância para fortalecer a interação entre a universidade e a sociedade (Moser, 2022).

A problematização da pesquisa é verificar como os Institutos Federais do Nordeste utilizam seus portais institucionais para promover e divulgar a inovação na instituição. Essa problematização parte da premissa de que os portais institucionais dos Institutos Federais são ferramentas fundamentais para a disseminação de informações sobre inovação. Além disso, essa problematização também levanta a questão de como essas práticas variam entre os diferentes Institutos Federais do Nordeste, buscando entender se existem disparidades e pontos em comum adotados em um contexto mais amplo.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a presença e a promoção da inovação nos portais dos Institutos Federais do Nordeste brasileiro. Buscou-se identificar a presença de inovação nos portais dessas instituições. Essa identificação é importante para entender como os Institutos Federais estão se posicionando em relação à inovação e quais projetos, parcerias, documentos, produtos ou programas estão sendo divulgados ao público.

Estruturou-se esta pesquisa em seis seções, sendo que na primeira se apresenta a introdução com a contextualização do tema, problema, objetivo e justificativa; na segunda seção são explicitados os procedimentos metodológicos; na seção de número três são descritos a revisão de literatura, em que se aborda a base teórica sobre a importância da comunicação e transparência e o papel dos Institutos Federais para

inovação e desenvolvimento regional; a seção quatro e cinco fazem a apresentação dos resultados e sistematização das informações, com sua respectiva análise; e, por fim, na sexta seção são apresentadas as considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada para este estudo utilizou uma abordagem qualitativa e combinou técnicas de pesquisa documental em meio digital e análise de conteúdo a partir dos estudos de Silva e Fossá (2015) e conforme Bardin (2016).

Inicialmente, foram selecionados os portais dos Institutos Federais localizados na região do Nordeste brasileiro, abrangendo os nove estados da região: Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal Baiano (IF Baiano), Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Instituto Federal do Piauí (IFPI), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Instituto Federal de Sergipe (IFS)

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa documental, em ambiente digital, nos portais oficiais dos Institutos Federais selecionados, no período de 10 de junho a 13 de setembro de 2024. O foco esteve nas seções dos portais dedicadas à inovação, abrangendo a análise da presença de informações sobre inovação na página principal, seções de inovação e pesquisa, documentos oficiais, parcerias e colaborações. Em função do volume de informações e quantidade de institutos que foram analisados, foram excluídas da pesquisa as matérias jornalísticas publicadas nos portais dos institutos (notícias e eventos) referentes à temática, concentrando-se na estrutura das páginas.

Para a análise de conteúdo, foram identificados temas e padrões nas informações divulgadas pelos portais, considerando as seguintes perguntas norteadoras: 1) A inovação apresenta menu na *homepage* do portal? 2) O portal possui um portfólio ou vitrine de produtos e tecnologias desenvolvidas? 3) O portal disponibiliza informações sobre a legislação relacionada à inovação e tecnologia? 4) Os formulários e modelos para convênios e acordos com o setor produtivo estão disponíveis online? 5) O portal inclui uma seção dedicada a patentes e propriedade intelectual? 6) A instituição possui um polo de inovação? 7) Existe uma página específica para o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)? 8) O portal apresenta informações sobre parcerias na área de inovação com empresas e outras instituições? 9) O portal disponibiliza manuais e

fluxogramas relacionados à inovação tecnológica? 10) Há uma seção de perguntas frequentes (FAQ) sobre inovação? 11) O portal fornece informações sobre os profissionais e/ou estudantes envolvidos com a inovação? 12) O portal fornece informações sobre a transparência dos recursos aplicados em projetos de inovação?

REFERENCIAL TEÓRICO

Importância da comunicação e transparência

A comunicação no ambiente público é um direito (Duarte, 2007) com foco na cidadania (Brandão, 2007), sendo que nas organizações é fundamental e estratégica de forma que comunique para os públicos internos e externos (Neiva, 2018).

De acordo com Cristo *et al.* (2024), a transparência digital e o direito ao acesso à informação são princípios fundamentais para fortalecer o diálogo e a democracia. Isso promove a aproximação entre essas partes, fornecendo recursos que melhoram as políticas públicas, reforçam o direito à informação, aumentam a credibilidade, facilitam o controle social sobre suas ações e demonstram compromisso com sua função social.

Acrescentam Bataglia e Farranha (2017, p. 37) que “a transparência, portanto, permite ao cidadão conhecer mais e melhor o Estado, reduzindo assimetrias e possibilitando maior controle em relação à ação do governante”.

Para reforçar a dimensão do acesso à informação, a própria constituição apresenta o princípio da publicidade no *caput* do artigo 37 e em seu artigos 5º, inciso XXXIII, “assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral” (BRASIL, 1988).

Outrossim, Cardoso *et al.* (2018, p. 445) destaca que os entes governamentais promovem a transparência permitindo que os “usuários acessem, monitorem e avaliem a qualquer tempo”. Ele ressalta ainda que a transparência é construída por meios de interações com uma variedade de tecnologias em constante evolução.

Nesse contexto, a acessibilidade das informações é outro aspecto importante, como destaca Mendel (2009, p. 4), no qual “a participação efetiva em todos esses níveis depende, de maneira razoavelmente óbvia, do acesso à informação, inclusive de informações mantidas por órgãos públicos”. Percebe-se, a partir desse argumento, que que portais bem estruturados e de fácil navegação garantem que todos os interessados, independentemente de sua familiaridade com a tecnologia, possam acessar as informações necessárias.

Cristo *et al.* (2024) complementa que as informações disponibilizadas no portais pode contribuir com a participação, tomada de decisões e de melhoria das práticas democráticas. Dessa forma, é importante que “as ferramentas tanto de acesso à informação quanto de comunicação disponíveis nos portais das instituições (...) tenham a preocupação e compromisso de produzi-las com clareza, linguagem acessível e de fácil compreensão” (Cristo *et al.*, 2024, p. 12).

O autor acrescenta que o design instrucional das plataformas online (portais) deve garantir que as informações estejam facilmente acessíveis aos cidadãos, atendendo suas necessidades, resolvendo dúvidas e permitindo acompanhamento e avaliação. A partir dessa afirmação, percebe-se que a comunicação clara e acessível permite que a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, professores e pesquisadores, esteja bem informada sobre as oportunidades de participação em projetos de inovação. Isso pode estimular um maior engajamento e colaboração, essenciais para o avanço científico e tecnológico.

O papel dos institutos federais para a inovação e o desenvolvimento regional

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conhecidos como Institutos Federais (IFs), desempenham um papel importante no cenário educacional e tecnológico do Brasil e a lei de criação, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 destaca que esses institutos têm como missão oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como processos institucionais ligados à inovação e transferência tecnológica (Vidor *et al.*, 2011).

Para Zandavalli (2016, p. 6), “com a criação dos IF, fica clara a indicação de uma política de inovação focada no atendimento às demandas locais, onde a pesquisa é orientada para o atendimento das necessidades sociais”.

Com base na Lei da Inovação (Lei n. 10.973/2004), Zandavalli (2016) destaca que a educação profissional tem importante contribuição frente às questões de inovação tecnológica, sendo que os Institutos Federais atuam como ICT (Instituições Científicas e de Inovação Tecnológica), a partir de 2016, por intermédio da lei nº 13.243, novo marco legal para ciência tecnologia e inovação, promovendo ambientes de parcerias, recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, para atender às empresas nacionais envolvidas em atividades de pesquisa e desenvolvimento mediante contratos ou convênios.

A autora coloca também que dentre as finalidades apresentadas na lei de criação dos Institutos Federais existe o objetivo em promover o desenvolvimento da inovação por meio da geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais e da pesquisa aplicada.

Os Institutos Federais são responsáveis pela formação de capital humano em diversas áreas do conhecimento, “em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008). Essa formação é importante para atender às demandas do mercado de trabalho, sendo que “a inovação desempenha um papel cada vez mais relevante na formação dos estudantes dos Institutos Federais, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico” (Monteiro *et al.*, 2024, p. 1045).

Por meio de processos inovativos, os IFs incentivam a produção de conhecimento científico e tecnológico que pode ser diretamente utilizado para resolver problemas reais. Os projetos de pesquisa desenvolvidos resultam em inovações que beneficiam as comunidades e buscam interagir com o setor produtivo (Távora, *et al.*, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos portais dos Institutos Federais do Nordeste quanto à presença de menus específicos para inovação revela que a maioria dessas instituições incorpora a inovação em suas plataformas digitais, mas o nível de destaque e a organização variam.

Em alguns portais, as informações sobre inovação são facilmente acessíveis por meio de um menu principal ou a partir das Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, enquanto em outros, é necessário navegar mais profundamente para encontrar detalhes relacionados a iniciativas de inovação. A seguir, destacam-se algumas informações por Instituto Federal:

Instituto Federal de Alagoas (IFAL):

O site do IFAL disponibiliza informações sobre pesquisa, pós-graduação e inovação por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. As principais seções incluem o NIT, Espaços Inovadores, Fomento Externo e Legislação

e Normas. O NIT oferece acesso a informações sobre competências, propriedade intelectual e inovação, além do Portal Integra.

Instituto Federal da Bahia (IFBA):

O site do IFBA apresenta o menu Pesquisa e Inovação, destacando o Departamento de Inovação (NIT) e áreas como Hotel de Projetos, Laboratórios IF Maker e o concurso "Uma ideia na cabeça, uma inovação na mão". A seção de Propriedade Intelectual, apesar de fornecer informações sobre proteção e acordos, está desativada, assim como a seção de formulários e documentos.

Instituto Federal Baiano (IF Baiano):

O acesso à inovação se dá pelo menu Pesquisa, no qual o NIT oferece documentos como a Cartilha de Inovação e um checklist para parcerias de P&D&I. O site também fornece informações sobre direitos autorais e transferência de tecnologia. Algumas seções, como Prestação de Serviços Técnicos Especializados, estão sem conteúdo.

Instituto Federal do Ceará (IFCE):

O IFCE destaca o Polo de Inovação, credenciado pela EMBRAPPII, com projetos em parceria com empresas e um portfólio interativo de projetos e parceiros. O NIT oferece informações sobre objetivos e serviços tecnológicos, além da Vitrine Tecnológica e propriedade intelectual.

Instituto Federal do Maranhão (IFMA):

A inovação no IFMA é acessada pelo menu de Bolsas, destacando a Agência IFMA de Inovação (AGIFMA) e a Fábrica de Inovação. O site lista patentes e oferece orientações sobre registro de marcas e programas de computador. A seção Propriedade Intelectual apresenta resoluções e fluxogramas, além de links externos e legislações.

Instituto Federal da Paraíba (IFPB):

O IFPB destaca ecossistemas de inovação como a Agência de Inovação, o Polo de Inovação e o Parque Tecnológico. A Agência NEO-IFPB administra o NIT, e a seção de Propriedade Intelectual orienta sobre patentes e registro de software. O site também oferece formulários para parcerias e informações sobre o SINERGIA IFPB e o Lampion Maker.

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE):

A inovação no IFPE é acessada a partir do menu Pesquisa, Pós e Inovação. O NIT, atuando como Departamento de Inovação Tecnológica (DINT), oferece

competências e projetos de P&D por meio de convênios. A página também inclui grupos de pesquisa, editais e laboratórios cadastrados.

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE):

O site apresenta o NIT e a Incubadora do Semiárido (ISA) com informações sobre vitrine tecnológica, parcerias e incubação de empresas. Há também formulários para registro de patentes e serviços de PD&I.

Instituto Federal do Piauí (IFPI):

O IFPI oferece informações sobre inovação por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, com destaque para o NIT e a Política de Inovação. O site disponibiliza modelos de documentos para parcerias e legislação sobre propriedade intelectual.

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN):

O IFRN destaca inovação no menu institucional, com acesso a incubadoras tecnológicas, hotel de projetos e documentos sobre normas e procedimentos. O Polo de Inovação apresenta detalhes sobre estrutura, equipe e serviços.

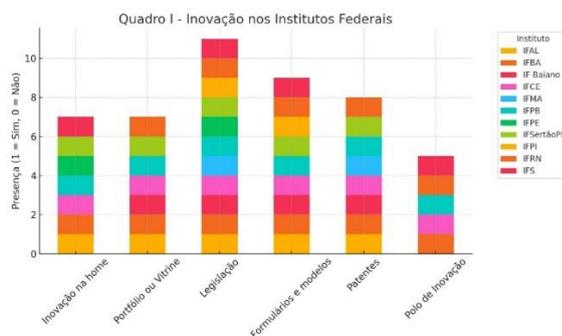
Instituto Federal de Sergipe (IFS):

A seção Inovação e Empreendedorismo (DInovE) do IFS gerencia o NIT e iniciativas de empreendedorismo e incubação. A página inclui editais, políticas de inovação, registros de software e patentes, mas algumas áreas estão "em construção", como o IFMaker e o laboratório de inovação.

SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As informações dos portais estão sintetizadas nos Gráficos 1 e 2, que foram apresentadas conforme as perguntas norteadoras da metodologia, reunindo dados relevantes do estudo:

Gráfico 1



Fonte: IFs (2024). Organizado por Linhares (2024)

Os gráficos demonstram uma significativa variação na forma como os Institutos Federais do Nordeste do Brasil estruturam e disponibilizam informações sobre inovação em seus sites, com destaque para o IFCE, que se sobressai como o instituto com a melhor estruturação de conteúdos relacionados à inovação.

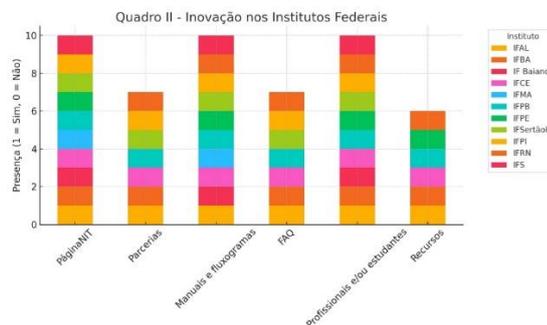
De acordo com o gráfico, verifica-se que 63,6% das instituições possuem a inovação destacada na página inicial, facilitando o acesso direto às informações. As demais apresentam esse recurso de forma menos visível ou não o disponibilizam na página principal. A falta de destaque pode prejudicar o engajamento do público, especialmente de empresas e outros parceiros do setor produtivo que buscam facilmente acessar informações sobre inovação.

Todos os IFs do Nordeste possuem um espaço dedicado à legislação relacionada à inovação, ou seja, 100% possuem política de inovação. Isso mostra uma uniformidade positiva no cumprimento de políticas públicas e regulamentações institucionais de inovação, além de demonstrar transparência.

A maioria dos Institutos, 81,8%, disponibiliza formulários e modelos para facilitar a execução de processos de inovação, como submissão de projetos ou pedidos de patentes e 72,7% apresentam informações sobre patentes, o que reflete um ambiente de pesquisa voltado para a produção de soluções tecnológicas protegidas e registradas.

A presença de uma vitrine ou portfólio de inovações em 63,6% sugere um esforço para tornar os projetos de inovação mais acessíveis e visíveis ao público externo.

Gráfico 2



Fonte: IFs (2024). Organizado por Linhares (2024)

Todos os Institutos possuem uma página dedicada ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), no entanto, o IFRN passa por uma reestruturação do site e a página não está disponível. Isso sugere que a institucionalização da inovação está avançada na

maioria dos IFs. Quanto às informações sobre manuais e fluxogramas e profissionais e/ou estudantes, 90,9 constam nas páginas.

Um ponto de atenção é a ausência de informações sobre recursos disponíveis em vários IFs, somente 54,5% as disponibilizam. No entanto, vale ressaltar que informações sobre prestação de contas e recursos possam estar publicizadas em áreas específicas de licitação/contratos/administração, que não foi objeto de busca desse estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os portais dos Institutos Federais do Nordeste refletem um compromisso significativo com a inovação, mas apresentam variações na forma como essa inovação é comunicada e acessada. Algumas instituições se destacam por uma estruturação mais clara e acessível das informações, o que facilita a navegação e a interação de potenciais parceiros externos e comunidade acadêmica. Entretanto, em outras instituições a inovação poderia ser mais visível na página principal dos portais, o que aumentaria o impacto e a atratividade das suas iniciativas.

Embora a presença dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) seja um ponto comum e positivo, facilitando a coordenação das atividades de inovação, a análise revela que muitos portais necessitam de detalhes e atualização de páginas. A ausência de informações sobre patentes, projetos específicos e recursos aplicados às iniciativas inovadoras é uma lacuna que pode limitar a visibilidade e o reconhecimento dos esforços das instituições.

Essas lacunas sugerem que, apesar do reconhecimento da importância da inovação, ainda há espaço para melhorias significativas na publicização das atividades inovadoras nos portais dos Institutos Federais do Nordeste.

Alguns portais oferecem apenas uma visão geral das iniciativas de inovação ou apenas descrevem competências, enquanto outros detalham projetos específicos, legislações relacionadas e financiamento.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada nos portais dos IFs, sendo que em alguns não foi encontrado link referente a portfólio e vitrine e parcerias, embora tenha sido encontrado o Portal Integra, que é uma ferramenta de gestão da inovação que reúne portais de 33 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de um mecanismo de busca para encontrar profissionais,

ambientes de inovação, vitrine tecnológica, laboratórios de tecnologia e serviços, dentre outros.

Os Institutos Federais do Nordeste têm um papel de destaque na promoção da inovação como ferramenta de desenvolvimento regional. A criação de ambientes propícios para a inovação reflete um esforço para gerar impactos educacionais, sociais e econômicos positivos, alinhados às necessidades locais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vivian Costa *et al.* **Reflexões sobre as competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica.** Cad. Prospec., Salvador, v. 8, n. 4, p. 688-696, out./dez. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 1a ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATAGLIA, Murilo Borsio, FARRANHA, Ana Cláudia. Lei de acesso à informação e comissões de ética: como esses discursos se cruzam? In: **III Encontro Internacional Participação Democracia e Políticas Públicas, 2017, Vitória.** Anais III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2017, p. 28-53.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito *et al.* Conceito de comunicação pública. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**, v. 2, p. 01-33, 2007.

CARDOSO, Luan Lopes *et al.* **Transparência Pública: Análise em Portais de Transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil. Meta: Avaliação |** Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 443-472, maio/ago. 2018.

CRISTO, Hélio Souza *et al.* Transparência, comunicação, informação e movimentos sociais: formação política e participação sociopolítica dos portais institucionais. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, V. 15, N. 5, P. 01-20, 2024.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. **Atlas**, p. 47-58, São Paulo. 2007.

KRAJEVSKI, Luís Cláudio. Universidade e desenvolvimento regional: a experiência da UFFS. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 1, p. 175-196, 2021.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2017.

MENDEL, Toby. (2009). **Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado.** Brasília: Unesco.

MONTEIRO, Arthur Feitosa Vieira; DOS SANTOS, Edilson Nolaço; TELES, Tayson Ribeiro. A inovação tecnológica nos Institutos Federais: a proposta de uma ferramenta diagnóstica do nível de fomento à inovação e ao empreendedorismo na educação profissional. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 1, p. 1033–1055, 2024.

MOSER, Laís Campos. **Comunicação e universidades**: a comunicação pública da ciência e a divulgação científica em universidades públicas do Sul do Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

NEIVA, Filipa Santos de Oliveira. Comunicação das Organizações: Um olhar sobre a importância da Comunicação Interna. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 33, p. 61-74, 2018.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2010.

SOUZA, Mauro Sérgio Pinheiro dos Santos. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento local e regional**. GEOgraphia, vol: 21, n.47, 2019: set./dez.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Vol.17. No 1, 2015.

TÁVORA, Luciana *et al.* Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o apoio à inovação tecnológica: análises e recomendações. In: **CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA, 16, 2015, Porto Alegre. Anais...** Porto Alegre: ALTEC, 2015.

VIDOR, Alexandre; REZENDE, Caetana; PACHECO, Eliezer; CALDAS, Luís Augusto. Institutos federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – comentários e reflexões. In: PACHECO, E. (org.). **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, p. 47-113, 2011.

ZANDAVALLI, Carla *et al.* A inovação na perspectiva de uma instituição de ciência e tecnologia: Um olhar sobre o núcleo de inovação tecnológica. **Espacios**, v. 37, n. 35, p. 1-17, 2016.